



**CRISE
FISCAL**
**Ou o Brasil muda,
ou retrocede.**

Palestra de **FELIPE SALTO**

Diretor-executivo da IFI - Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado Federal



Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

Nossa pior crise fiscal exige reformas

O Brasil vive a pior crise fiscal de sua história e não poderá fugir da Reforma da Previdência e de outras reformas estruturais, necessárias para que a economia nacional continue em pé. O alerta foi feito em março de 2018 pelo economista **Felipe Salto**, diretor-executivo do Instituto Fiscal Independente (IFI), durante debate da série Encontros Democráticos, que discutiu a situação das contas públicas brasileiras e as saídas possíveis para que o País encontre o caminho do desenvolvimento sustentado. O debate foi conduzido pelo jornalista **Sérgio Rondino**, com a participação do economista e professor **Roberto Macedo**, consultor do Espaço Democrático, e também dos cientistas políticos **Rogério Schmitt** e **Rubens Figueiredo**, além da coordenadora nacional do PSD Mulher, **Alda Marco Antonio**.

Felipe Salto - formado pela FGV/EESP e mestre em administração pública e governo também pela FGV-SP - mostrou que o quadro econômico brasileiro apresenta desequilíbrios graves, especialmente no que se refere às receitas e despesas do governo. E explicou que o IFI é instituição criada pelo Senado Federal para realizar análises técnicas e independentes sobre política fiscal e orçamentária com o objetivo de melhorar a disciplina fiscal, promover maior transparência das contas públicas e elevar a qualidade do debate público sobre a questão fiscal.

Boa leitura.



SÉRGIO RONDINO: Mais uma vez estamos reunidos aqui no Espaço Democrático, desta vez para conhecer uma importante novidade na luta pela transparência das contas públicas e consequente vigilância, pela Nação, da gestão fiscal brasileira. E para isso temos a satisfação de receber o economista Felipe Salto, diretor executivo da IFI - Instituição Fiscal Independente, que é um órgão criado pelo Senado Federal para acompanhar e dar transparência às contas públicas. Felipe Salto é formado pela Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, e mestre em Administração Pública e Governo pela mesma escola. Ele foi consultor econômico com foco em macroeconomia, contas públicas e contas externas e assessor dos senadores José Serra e José Aníbal em assuntos econômicos e fiscais. Ele organizou e é um dos autores do livro *"Finanças Públicas: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade"*, que ganhou o prêmio Jabuti na categoria de economia. Felipe Salto, a palavra é sua.

FELIPE SALTO: Obrigado. Em primeiro lugar quero agradecer pelo convite do professor Roberto Macedo, que é uma referência maior para a nossa geração, dos economistas que estão se iniciando ainda na carreira. É um prazer estar aqui e poder falar um pouco da Instituição Fiscal Independente para pessoas ligadas a uma fundação que certamente acompanha esta que é a maior crise fiscal da história do Brasil. E crise fiscal é um desajuste entre receitas e despesas, um crescimento muito forte da dívida pública. A ideia aqui é não entrar tanto em detalhes técnicos, mas dar uma visão geral do problema para que a gente possa ter aqui um diálogo interessante para todos.

Esta apresentação que vamos fazer aqui, usando alguns gráficos, nós fizemos também ontem na Fundação Getúlio Vargas. É uma apresentação que eu tenho levado a diversos setores para tratar da importância da IFI e mostrar alguns dados recentes que nós temos calculado para a economia brasileira

e para as contas públicas. Então, o que é, afinal de contas, a Instituição Fiscal Independente?

A IFI é uma instituição criada para aumentar a transparência das contas públicas. Vocês poderiam se perguntar: mas hoje já há uma transparência grande, pode-se entrar no site do Tesouro ou do Banco Central e há uma montanha de dados ali que podem ser baixados e ter várias planilhas em seu computador. Mas isso não necessariamente é transparência, porque a transparência tem a ver com a capacidade de interpretação desses dados e do que eles revelam. Não é só jogar um monte de dados num site e imaginar que isso vá significar um aumento de transparência. Então, a Instituição Fiscal Independente nasceu em vários países. A mais antiga é a dos Estados Unidos, chamada CBO - Congressional Board Office, que desde 1972 tem uma atuação importante por lá, fazendo contas, mostrando para os parlamentares o custo dos projetos, apontando os riscos fiscais de médio e longo prazos, projetando as receitas do governo para fazer comparações. Essa é a maior referência.

A segunda maior referência é a instituição similar ao CBO lá no Reino Unido, também com atuação importante. O Reino Unido passou por um processo muito semelhante ao que estamos passando hoje no Brasil - a questão do teto de gastos e a chamada regra de ouro, segundo a qual não se pode fazer dívida se não for para fazer investimento. Assim, todo esse processo por que passaram os países desenvolvidos nós também estamos enfrentando agora diante dessa crise fiscal. E a IFI nasce como uma resposta a esse processo.



Este gráfico aqui (*ver imagem 1*) mostra a evolução do número de instituições fiscais independentes na Europa e também fora dela. Dá para ver que em resposta à crise de 2008 houve um crescimento mais vigoroso. Se nós atualizarmos para agora - o FMI faz essas contas - já temos ao redor do mundo 40 instituições similares a essa que o Senado criou aqui no Brasil. Por que independente? E como garantir essa dependência? A independência é para que se tenha um processo paralelo àquele processo encaminhado pelo Executivo e pelo Legislativo. No nosso caso, por exemplo, o processo orçamentário começa com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que dá as diretrizes gerais do processo orçamentário, quais são as premissas utilizadas para fazer as projeções de receita e despesa. Depois vem a lei orçamentária propriamente dita. Em todo esse processo há uma série de contas que são feitas para que se possa saber, afinal, quanto se vai arrecadar no ano que vem.

Vamos supor, um trilhão e 500 bilhões. E vai gastar outros bilhões. Quem é que faz essas contas? Quais são as premissas? O Governo é

que faz, junto com o Legislativo, e não há hoje um contraditório estabelecido. Claro que os bancos, as consultorias fazem também as suas contas, mas não é propriamente independente, porque eles lá têm os seus próprios interesses. Então, ao surgir a IFI temos agora um núcleo de economistas e outras pessoas produzindo informações que devem servir de contraponto aos números oficiais. O grosso das instituições que citei no gráfico anterior é ligado aos parlamentos, um outro grupo é ligado aos Executivos e depois há um terceiro grande grupo que são as instituições solteiras, não ligadas a qualquer Poder específico. E há uma minoria ligada aos tribunais de contas ou ao Banco Central.

2



Esta tabela (ver na imagem 2) mostra o conjunto das principais instituições e nela dá para ver no grupo das ligadas ao Legislativo as instituições dos Estados Unidos e da Austrália. No caso do Reino Unido, ligada ao Executivo, já que é um regime parlamentarista.

Então, quais são as funções da IFI?

- Estimar os parâmetros orçamentários - da mesma forma que o Governo faz, a gente também faz. Não faz muito tempo nós tínhamos um governo que fazia projeções irreais de PIB.

"Ah, o PIB vai crescer 5%". Mas espera, de onde veio esse número? "Ah, vai crescer 5%. E, com base no 5, a receita vai crescer 7 ou 8 ou 10%". Agora, com a IFI, a gente vai poder dizer que não vai crescer 5, mas 2,7. Nós estamos certos? Não necessariamente, mas nós vamos mostrar como a gente faz a conta, as planilhas, e os modelos estarão disponíveis através de estudos que a gente publica - e eu vou comentar daqui a pouco. Portanto, toda vez que o governo tiver um número, como no exemplo do PIB, nós vamos ter o nosso para poder comparar.

- Divulgar as projeções para as variáveis fiscais propriamente ditas - a dívida pública, o resultado primário, receitas e despesas;

- Observar o cumprimento das metas fiscais - isso é muito importante porque hoje, no Brasil, nós temos 11 regras fiscais em vigência, muitas delas contraditórias. O fato de ser pródigo em criar regras não quer dizer que a gente tenha o espírito da responsabilidade fiscal disseminado na nossa sociedade, no nosso Parlamento. É um processo que vai acontecendo aos poucos e talvez tenha começado nos anos 80 com a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, a separação das funções de fomento que ficavam a cargo do Banco Central, a extinção da Conta Movimento, e depois mais para a frente, já nos anos 90, a renegociação das dívidas dos Estados, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, nas democracias consolidadas, ou que se pretendam consolidadas, os avanços são graduais. E é bom que seja assim, que não seja uma coisa abrupta. E nós temos avançado. Mas temos que ter uma vigilância constante, porque hoje o Brasil tem um déficit de três dígitos, nós estamos com um déficit de 110 bilhões, é muita coisa. E uma dívida de 5 trilhões, 75% do PIB.

O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA EM 2007 ERA DE 70 BILHÕES DE REAIS, HOJE É DE 270 BILHÕES. ESSE É UM DADO MUITO PREOCUPANTE. ENTÃO, O DESAFIO POLÍTICO É COMO LEGITIMAR ESSAS REFORMAS, PORQUE A POPULAÇÃO OLHA PRA CIMA E VÊ UMA SÉRIE DE PRIVILÉGIOS - OS PENDURICALHOS NOS SALÁRIOS DOS JUÍZES, E NÃO SÓ DOS JUÍZES, POIS TODOS OS PODERES TÊM ESSE PROBLEMA, OS AUXÍLIOS - E PERGUNTA: POR QUE VÃO COMEÇAR PELA NOSSA PREVIDÊNCIA" ...

ROBERTO MACEDO: Só o déficit primário, não é?

FELIPE SALTO: Só o primário. Se nós somarmos a conta de juros, que é de 400 bilhões, aí o déficit vai para mais de 500 bilhões, mais ou menos de 7 a 8% do PIB. Quando se compara isso com os dados do FMI para países emergentes, é o décimo segundo pior déficit, incluindo os juros, entre 150 países que o FMI analisa.

Outro objetivo que nós temos é avaliar o impacto de eventos que tenham efeito fiscal relevante. Por exemplo, a reforma da Previdência tem um efeito fiscal positivo muito grande. Nós não vamos conseguir fugir da reforma da Previdência, podemos até postergar, como fizemos agora, mas é um desafio enquanto Nação que nós vamos ter que enfrentar. Por quê? Porque no início dos anos 2.000 o Brasil tinha 8 aposentados para cada 100 trabalhadores. 8 para 100. Em 2030 nós vamos ter 45 para 100. E, se a gente acredita nessa projeção demográfica, é matemático que a despesa vai aumentar exponencialmente, como já está aumentando. O déficit da Previdência em 2007 era de 70 bilhões de reais, hoje é de 270 bilhões. Esse é um dado muito preocupante. Então, o desafio político é como legitimar essas reformas, porque a população olha pra cima e vê uma série de privilégios - os penduricalhos nos salários dos juízes, e não só dos juízes, pois todos os Poderes têm esse problema, os auxílios - e pergunta: por que vão começar pela nossa Previdência se não mexem nisso?

Em termos macroeconômicos, é evidente que o peso da Previdência é infinitamente maior do que esse conjunto de problemas, mas resolver primeiro esse conjunto de problemas legitimaria as reformas estruturais. Cada um real de



aumento no salário mínimo são 500 milhões de despesa, porque há uma série de indexações. Então, o BPC, que é o Benefício de Prestação Continuada, a LOAS, que é a Lei Orgânica da Previdência Social, a Renda Mínima Vitalícia, o abono salarial e o Seguro Desemprego - tudo isso é atrelado ao salário mínimo. Sem mencionar as aposentadorias de um salário mínimo. Aí, toda vez que se reajusta o salário mínimo há um impacto direto. Se isso é bom ou é ruim, quem tem de decidir é a sociedade, através dos políticos no Parlamento, mas é preciso que se tenha claro os custos, os efeitos disso, quanto pesa e quem vai pagar a conta.

Só há três formas de financiar os gastos públicos: ou cobrando impostos e contribuições, tributando, ou emitindo dívida pública ou emitindo moeda. Cada uma dessas formas tem um custo. Na emissão de moeda, o custo é a inflação; nós já vivemos períodos longos de hiperinflação e a sociedade mostra, através das

urnas, que não quer mais dialogar com essas estratégias que impliquem mais inflação para atingir qualquer objetivo que seja. Então, é uma coisa que está descartada. A segunda forma, que é o aumento de impostos, é uma alternativa importante mas também gera problemas, porque gera o chamado peso morto, o desestímulo à atividade econômica: quanto mais imposto, eu arrecado mais, mas tendo a arrecadar cada vez menos, porque começa a aumentar a informalidade, aumentar a evasão de empresas que vão para outros países, e etc.

Nós já temos uma carga tributária muito elevada, estamos perto de 33% do PIB. Era para estar em 37, mas os últimos governos deram uma série de desonerações tributárias que custaram 4% do PIB. E sem contrapartida: cadê os empregos que foram prometidos com essas desonerações? Cadê a renda que foi prometida? Não veio porque foram desonerações setoriais mal planejadas que foram se juntan-

do, se somando e produziram um monstro. Para que se tenha ideia, 4% do PIB é cinco vezes o que a gente gasta com investimento. O investimento do Governo Federal é 0,7% do PIB, e a desoneração é 4%. É um disparate, nós temos que reorganizar as contas públicas. Esse é o primeiro problema que precisa aparecer na agenda de quem quer que seja eleito e tome posse no próximo ano.

São esses, então, os quatro objetivos da IFI e é dentro disso que a gente faz as nossas projeções e avaliações. A Instituição é liderada por um Conselho Diretor, no qual eu sou diretor-executivo. E o diretor-executivo é indicado pelo presidente do Senado, passa por sabatina, uma arguição pública, e por aprovação na Comissão e no plenário. E os outros dois diretores que compõem o Conselho também, um indicado pela Comissão de Assuntos Econômicos e outro pela Comissão de Transparência, passam por sabatina e aprovação por maioria na comissão respectiva e no plenário do Senado. Então, o que garante a independência é isso, é o mandato fixo. Se nós fizermos algo que desagrade alguém, o diretor não pode ser sacado e colocado em outro lugar ao bel-prazer. Sem isso não haveria independência técnica. O mandato é de quatro anos, mas o primeiro mandato do diretor executivo é de seis anos, o do representante da CAE é de quatro anos, e o do diretor de transparência é de dois anos. E os próximos mandatos serão sempre de quatro anos. Com isso há um revezamento e nunca haverá uma troca dos três diretores de uma vez só - a ideia dessa diferença é que se troque um diretor a cada dois anos.

Além disso, há um Conselho de Assessoramento Técnico que nós estamos montando, é um Conselho não remunerado composto por notáveis. Nós já temos contado com a colaboração de vários eminentes economistas brasileiros e

a ideia é dar posse a esse Conselho ainda este ano, e isso é feito pelo presidente do Senado. É um Conselho consultivo, que opinará sobre os trabalhos que fizermos e formos publicar.

Um outro ponto importante é o pedido de informações, que a IFI pode fazer para órgãos federais. Há um estudioso desse tema das IFIs, ligado ao FMI, que diz sempre que é bom ter esse instrumento, mas para não usar, porque só a existência desse instrumento já gera uma reação dos órgãos no sentido de serem mais solícitos no fornecimento das informações. O mais difícil é conseguir informações da Receita Federal, que é muito fechada. Com os outros órgãos, como o Ministério da Fazenda, o Tesouro e o Tribunal de Contas da União, nós temos tido uma relação mais fácil e essa troca de informações é crucial para o trabalho.

Passando para os cenários, que é a segunda parte da minha apresentação, eu vou mostrar alguns dados da conjuntura para a gente ver mais ou menos onde é que estamos, e as projeções, isto é, quais são os cenários de dívida, para que a gente tenha elementos aqui para fazer o debate. No ano passado o Brasil saiu da recessão, crescemos um por cento - o dado já foi divulgado pelo IBGE - depois do biênio 2015-2016, em que a queda do PIB foi de quase 8%. Desde que o IBGE calcula a série do PIB - 1901 - é a maior queda da série histórica, quando a gente separa por biênios. A segunda maior foi no biênio 1930-1931, no pós-crise de 1929. E agora em 2018 a projeção da IFI é um crescimento de 2,7 no PIB, o que já é um alento depois de toda essa recessão que nós vivemos e já deve gerar efeitos sobre a renda e o emprego. Mas vai ser uma recuperação gradual, paulatina, não será uma recuperação como no último ciclo, de 2004 a 2008, quando houve um crescimento

muito grande, de 4 ou 4,5 em razão do fator externo, das commodities e da entrada de capital externo no país - um bilhete premiado que nós pegamos e jogamos na privada e demos descarga, porque foi uma montanha de dinheiro que nós direcionamos para o consumo. Tudo bem, há uma demanda reprimida, tem que estimular o consumo, mas o investimento ficou em segundo plano. Não há como ter crescimento econômico se nós não tivermos uma taxa de investimento de pelo menos 25% do PIB. Hoje, o nosso investimento é de 15% do PIB. Essa é uma agenda prioritária.

Quando a gente entra aqui nos dados fiscais, como é que o governo vem produzindo os resultados? Não há como negar que houve uma melhora dos resultados fiscais, mas ela foi baseada em questões muito atípicas, pois houve 90 bilhões de reais de receitas atípicas no ano passado. Já há uma recuperação das receitas ligadas à atividade econômica, mas ainda há um peso muito grande dessas receitas atípicas, como, por exemplo, o REFIS. Essa sequência de edições do REFIS desde 2009, o REFIS da crise, o REFIS da Copa, uma série de programas de refinanciamento que geram arrecadação atípica. Também as concessões, que geraram um bolo de receitas - e tudo isso é receita que não se repete e é preciso tomar cuidado porque a melhora no déficit primário, ainda muito ruim, foi baseada em fatores atípicos.

Outro ponto importante é que o cumprimento do teto e da meta de resultado primário vem acontecendo. O teto de gastos fixado em 2016 diz que a despesa não pode crescer mais do que a inflação. Isso é uma coisa muito difícil, é um avanço importante que o governo Temer conseguiu emplacar, mas ele só para de pé se aprovamos as reformas estruturais - a reforma da Previdência para começar, mas não só. Vai

precisar mexer nos salários e nas transferências, isso é muito claro. Hoje, se a gente soma gastos com pessoal mais Previdência, isso representa 65% da despesa. Se nada for feito, esses 65% viram 100% em 20 anos, no máximo. O que nós queremos? Queremos ter um Estado que só paga salários e Previdência ou queremos ter investimentos, políticas públicas de saúde e educação? Essa é a discussão que precisa ser feita.

O risco de descumprir o teto de gastos no ano que vem é elevado. Nós temos uma conta que a IFI faz que é a margem fiscal. Para o ano que vem, se projetarmos todas as despesas obrigatórias e as discricionárias que também têm caráter obrigatório, como os mínimos da saúde e da educação, sobra o que a gente chama de margem fiscal, que é de mais ou menos 120 bilhões. Para o ano que vem essa margem fiscal já cai para 99 bilhões - e dentro desses 99 bilhões há mais ou menos 80 bilhões que não dá para cortar, senão vão parar os ministérios - é luz, água, segurança, limpeza, etc. Se nós fizermos essa conta sobram, então, 19 bilhões para cumprir o teto no ano que vem, num orçamento de um trilhão e 300 milhões de reais. É uma margem muito apertada e o risco de descumprir o teto no ano que vem é altíssimo.

O que o próximo presidente vai ter de fazer? Vai ter que lidar com isso e com as outras regras fiscais em vigência - por exemplo, a chamada "Regra de Ouro", que é não poder fazer dívida se não for para investimento e que também estoura no ano que vem se ele quiser dar uma harmonização para esse arcabouço fiscal e recolocar o país numa trajetória que permita à dívida pública voltar a ser sustentável em relação ao PIB. Hoje nós não temos essa sustentabilidade. A dívida pública está em 74,5% e deve alcançar 86

ou 87% do PIB até 2023, é uma trajetória de crescimento.

Agora os dados positivos. A confiança, tanto dos empresários quanto dos consumidores está melhorando. Ainda estamos distantes do nível pré-crise, mas melhoramos bastante. A Selic vem caindo bastante, estamos com uma Selic nominal muito baixa e os juros também caíram bastante. Isso vai produzir um efeito sobre o investimento, desde que o atual e o próximo governo mantenham o compromisso com o ajuste fiscal para manter as expectativas ancoradas. Aí esse juro baixo vai aparecer no investimento. A inflação também caiu bastante - e sob esse ponto de vista nós temos um quadro benigno.

Onde a recuperação ainda é lenta? No mercado de trabalho. **(Ver dados na imagem 3)** Nós temos uma população ocupada que tem taxa de variação 2% positiva. Mas com carteira assinada ainda está caindo 2% e os sem carteira estão subindo 6%. Claro, é uma taxa de queda dos com carteira assinada bem menor dos que a taxa de 3,5% que a gente via há um ano. Então, quando a gente olha para a destruição de empregos em 2015 e 2016, vê que foi de três milhões. Em 2017 houve já uma queda só de 120 mil. Isso mostra que o quadro ainda é ruim, mas já melhorou bastante. Provavelmente em 2018 haverá uma geração líquida de vagas.

3



Contexto macroeconômico

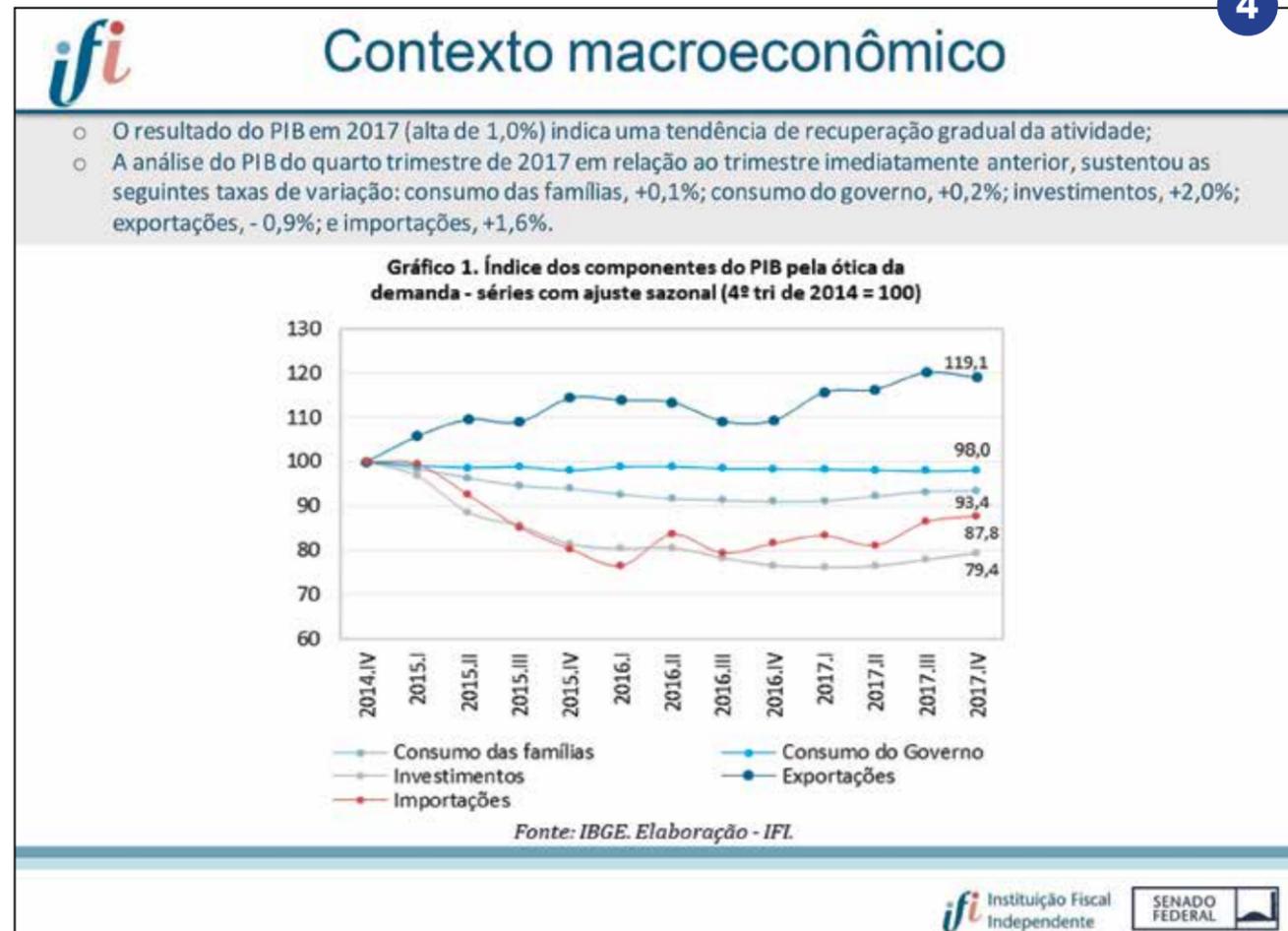
- Queda do emprego com carteira é menor, mas ainda substancial, na casa de 2%
- Emprego sem carteira cresce na casa de 6%

TABELA 2. POPULAÇÃO OCUPADA, RENDIMENTO E MASSA SALARIAL: TRIMESTRE/ TRIMESTRE ANTERIOR

	Nível em dezembro/17	mar-17	jun-17	set-17	dez-17
População Ocupada (mil pessoas)	92.108	-1,9%	-0,6%	1,6%	2,0%
Com carteira assinada	33.321	-3,5%	-3,2%	-2,4%	-2,0%
Sem carteira assinada	11.115	4,7%	5,4%	6,2%	5,7%
Trabalhador doméstico	6.370	-2,6%	-2,0%	0,9%	4,3%
Setor público	11.472	-0,9%	0,0%	1,4%	2,0%
Empregador	4.409	10,8%	13,1%	4,0%	6,3%
Conta própria	23.198	-4,6%	-1,8%	4,8%	4,8%
Rendimento médio real	R\$ 2.154	2,5%	3,0%	2,4%	1,6%
Com carteira assinada	R\$ 2.090	0,3%	3,6%	2,5%	3,5%
Sem carteira assinada	R\$ 1.179	7,7%	-3,0%	1,6%	-1,8%
Trabalhador doméstico	R\$ 852	0,0%	1,2%	0,6%	1,4%
Setor público	R\$ 3.335	4,3%	1,2%	1,0%	-0,1%
Empregador	R\$ 5.555	4,0%	5,4%	7,8%	-1,6%
Conta própria	R\$ 1.567	-2,0%	-1,1%	-0,2%	1,3%
Massa salarial (em milhões de R\$)	R\$ 193.368	0,7%	2,3%	3,9%	3,5%

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI

4



Quando a gente abre os dados do PIB (*ver na imagem 4*), que a gente viu na imprensa que teve um crescimento de 1%, o gráfico mostra como foi a abertura desse crescimento. Basicamente, a recuperação do consumo das famílias contribuiu com 60% desse crescimento. O investimento ainda é negativo, mas notem que estava com menos 1.8 em 2016 e agora já está próximo de zero. Quando a gente olha no último trimestre de 2017, já houve uma recuperação no investimento depois de 14 trimestres de queda. Isso preciso ser destacado, nós conseguimos virar o leme do navio agora para a direção correta. Evidentemente vai demorar para ele engrenar, mas a direção foi alterada, a meu ver, para o rumo correto.

Um ponto importante da IFI é produzir os números e mostrar com clareza como eles são feitos. Tudo isso está nos relatórios que a gente distribui, e também no nosso site, que é vinculado ao site do Senado. A forma mais fácil de acessar é digitar IFI no Google e logo aparece o link do nosso site.

O déficit nominal ainda é muito elevado, de 8% do PIB, mas já caiu bastante. No final de 2015 atingimos um pico de 10% do PIB, hoje estamos com oito, então já houve uma melhora importante.

O resultado primário foi negativo em 110,6 no ano passado, a meta era 163,1 - então o governo cumpriu a meta de resultado primário, mas para cumprir isso ele teve 90 bilhões de recei-

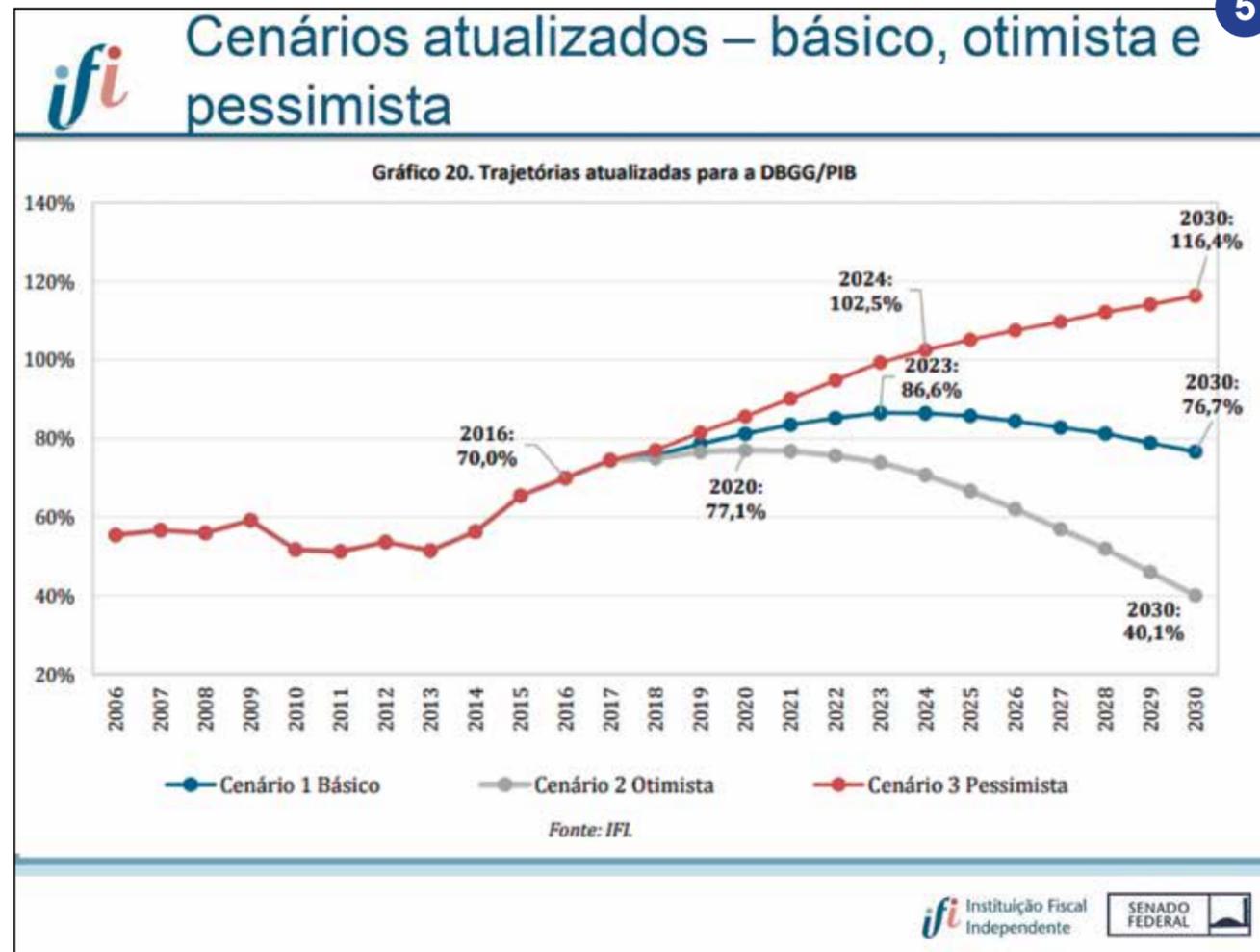
SE NÓS QUEREMOS RESPEITAR A CONSTITUIÇÃO, NÓS TEMOS DE MEXER NAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS, PORQUE AINDA QUE EU ZERASSE TODO O CUSTEIO E TODO INVESTIMENTO QUE É DESPESA DISCRICIONÁRIA, AINDA ASSIM VAI CHEGAR UM MOMENTO EM QUE ESSA ESTRATÉGIA NÃO SERÁ SUFICIENTE PARA CUMPRIR O TETO. ENTÃO, É O MOMENTO DE COLOCAR O DEDO NA FERIDA, DE DISCUTIR OS GASTOS OBRIGATÓRIOS”.

tas atípicas. Então, 110 com 90 dá 200, se não fossem as receitas atípicas o resultado teria ultrapassado a meta. De todo modo, cumpriu. Mas notem que a fotografia ainda é muito ruim, estamos no campo do vermelho.

E quando abrimos as despesas, o que está crescendo e o que está caindo? Esse é o desastre brasileiro: o investimento está caindo 26,6% em termos reais e a despesa com pessoal e encargos sociais está crescendo 6 a 7% junto com a Previdência, acima da inflação. Essa conta pode durar um ou dois anos, mas não mais do que isso. Por isso é tão importante discutir as reformas estruturais do gasto. O ajuste pode também ser feito com receitas? Pode, mas a escolha que a sociedade fez, e o governo fez em 2016 é o chamado teto de gastos - limitar o crescimento das despesas. Se nós queremos respeitar a Constituição, nós temos de mexer nas despesas obrigatórias, porque ainda que eu zerasse todo o custeio e todo investimento que é despesa discricionária, ainda assim vai chegar um momento em que essa estratégia não será suficiente para cumprir o teto. Então, é o momento de colocar o dedo na ferida, de discutir os gastos obrigatórios.

Restos a pagar é um tema que também nos preocupa muito. O Estado brasileiro chegou a ter 280 bilhões de reais de restos a pagar, hoje está em 155 bilhões, de 2017 para 2018 voltou a crescer. Por que isso está acontecendo? Porque fabricar restos a pagar é uma forma de não gastar no exercício algo que estava previsto. Essa estratégia de ficar jogando coisas para a frente é uma das formas de tapar buracos, de resolver ali no ano, no próximo ano. Mas não é o que vai resolver estruturalmente. O que vai resolver é um diálogo democrático com a sociedade, mostrando, escancarando os números - “olha, nós chegamos a esse estado de coisas e o ajuste fiscal é imperativo”. Se não fizer, o que acontece?

5



Bem, aí teremos uma trajetória de dívida pública que é essa da linha vermelha aqui neste gráfico (ver na imagem 5).

Por que a gente olha a DBGG/PIB - que é a Dívida Bruta do Governo Geral dividida pelo PIB? Porque é uma forma de a gente ver a evolução daquelas necessidades de financiamento do governo acumuladas ao longo do tempo em relação àquilo que se produz de riqueza e renda, que é o PIB. Então, qual é esse número? Em 2016 ele estava em 70, lá em 2014 - até o momento em que as coisas estavam, sob esse aspecto, controladas - era em torno de 55 e hoje nós estamos com 75. Se nada for feito o cenário será o vermelho, que hoje na IFI nós não

classificamos como o mais provável, nós classificamos como o segundo mais provável. Vejam que a dívida chega em 100% do PIB entre 2023 e 2024. É um "número mágico", entre aspas, que seria o sinal vermelho. E o mercado, os agentes econômicos, prevenindo isso, olhando que a dívida vai subir de maneira ininterrupta, classificam isso como quadro de insolvência.

Quer dizer que tudo vai parar? Não necessariamente. Pode ser que o mercado continue financiando, só que ele vai exigir juros estratosféricos. Para financiar a mesma dívida - lembrem que eu falei de três formas de financiamento, que são emitir títulos, criar impostos ou emitir

moeda - a taxa que o mercado vai exigir não será de 7%, será de 14 ou 30%. E vai se criando uma bola de neve, porque se paga juros sobre juros sobre essa dívida crescente e o Estado se torna insustentável, porque a fatia que é dedicada só para o financiamento da dívida e para pagar juros, ela vai ocupando todo o espaço da educação, da saúde, da segurança.

No cenário básico - se avançarmos em alguma coisa, que eu hoje acho mais provável, por exemplo, a idade mínima para a Previdência e mais algum ajuste - dá para a dívida crescer até 86 e aí estabiliza e começa a cair. É um cenário relativamente benigno. E o cenário otimista é se o próximo presidente assume com todas as agendas corretas, de reformas tributária, fiscal, previdenciária, controle dos salários, interrompe todos os reajustes salariais até segunda ordem. Aí é o cenário cinza, que é o cenário otimista, que eu acho pouco provável. Mas eu acho, por outro lado, para terminar com uma mensagem otimista depois de tantos dados negativos, que felizmente o debate dessas eleições vai ser mais transparente, porque se alguém vier vendendo terreno na Lua, as pessoas já perceberam que isso não se sustenta. A própria presidente Dilma vendeu terreno na Lua na eleição, mas quando assumiu chamou o Joaquim Levy, que é o mais ortodoxo dos ortodoxos, para controlar o Tesouro e a Fazenda. Então, o próprio PT fez isso. Depois fez as trapalhadas que fez. Desta vez me parece que a população está atenta para o fato de que não adianta prometer mundos e fundos se não há dinheiro. Nós raspamos o tacho, quebramos o tacho e já vendemos todos os cacos, então não tem mais o que discutir, o ajuste fiscal é imperativo.

Agradeço a vocês pelo espaço e fico à disposição para eventuais perguntas. Muito obrigado.

SÉRGIO RONDINO: Em seguida eu vou passar a palavra ao professor Roberto Macedo, mas quero já deixar uma questão na mesa: como você fez alertas gravíssimos sobre a situação do país, e é esse o papel da IFI, eu gostaria que você nos falasse sobre a eficácia dessa instituição, que tem um ano e pouco de vida. Por exemplo, vocês já tiveram algum confronto, já bateram de frente com algum número, algum ponto do Executivo? E sobretudo a eficácia de fazer chegar aos congressistas esses alertas porque, por exemplo, acabamos de ver a reforma da Previdência ser rejeitada. Dá a impressão de que, por mais que se fale, o alerta entra por um ouvido e sai pelo outro.



ROBERTO MACEDO: A minha pergunta vai na mesma linha. Mas antes quero lembrar que esse tipo de gráfico aí é chamado de "boca de jacaré" e esse aí está com a boca muito aberta porque a diferença entre a previsão otimista e a pessimista é muito grande, há um espaço muito grande aí no meio para que não se faça coisa alguma. A minha pergunta é a seguinte: desde aquela confusão que a Dilma aprontou, o Tribunal de Contas demorou a mostrar a questão das pedaladas. Existe hoje um sistema de alarme? Vocês seriam o alarme para pegar coisas desse tipo? Vocês olham a parte financeira do relacio-

namento com os bancos? Porque aquilo foi tudo escondido, levou mais de um ano e meio para aquela coisa aparecer. Então, quero saber se você vai tocar a sirene lá.

FELIPE SALTO: Esse é um ponto importantíssimo. Juntando as duas perguntas...

ROBERTO MACEDO: Só para concluir, há uma previsão embutida nessas perspectivas que você citou para até 2030, de crescimento de 2% ao ano. E esse dado afeta muito, se você cresce mais tem mais receita e aumenta o PIB, portanto cai tudo em relação ao PIB. Mas eu acho que não se pode conformar com essa taxa, que é muito baixa. Quem entrar aí teria de propor 5% para chegar a 4 e fazer o máximo para chegar nisso, porque assim se resolveria grande parte dos problemas, não é? Então, não sei porque você colocou esses 2% aí.

FELIPE SALTO: Vamos lá. Sobre as pedaladas e o papel da IFI. De fato o TCU age *ex-post*, isto é, pela própria natureza dele ele age depois que os fatos acontecem, ainda que internamente já houvesse vários estudos de analistas do TCU sobre as pedaladas. E a IFI é justamente para isso - ela pode agir de maneira mais tempestiva e mais contemporânea aos fatos. Como a gente faz isso? Tem de acompanhar dia a dia o que está acontecendo, o relacionamento das instituições financeiras oficiais, a Caixa, o Banco do Brasil, com o Tesouro. Nós começamos a fazer isso. Começamos com as análises macrofiscais por duas razões: porque a gente precisava ter logo um produto, que é o Relatório de Acompanhamento Fiscal, para mostrar um trabalho. É preciso produzir, importante é o resultado. E quando foi criada a Instituição, em novembro de 2016, e eu

fui indicado para diretor, eu adotei essa diretriz: vamos produzir e vamos ajeitando os nossos relatórios à medida que vão sendo produzidos.

Agora, nesse segundo ano de existência, estamos partindo para estudos especiais e temas mais específicos, descendo um pouco para o micro. Tenho certeza de que nós vamos conseguir dar uma contribuição no sentido de tocar o sinal de alerta, o alerta de incêndio a tempo de salvar o prédio e evitar que os problemas aconteçam.

SÉRGIO RONDINO: Como é que isso chega aos congressistas?

FELIPE SALTO: Nós temos ali um canal mais institucionalizado com a CAE, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, hoje presidida pelo senador Tasso Jereissati, que é um dos nossos principais apoiadores, bastante incentivador da questão fiscal, de olhar para os números. É essencial o apoio que ele tem dado. E formalizamos na semana passada uma proposta do senador Tasso, que deverá ser homologada pelo plenário, para que, na resolução que criou a IFI, seja incluída uma mudança que obrigaria a Instituição a participar semestralmente da reunião da CAE para apresentar os resultados e discutir com os membros da Comissão. Então, como se faz com o presidente do Banco Central e as autoridades fiscais, a IFI também passará a fazer isso. É a forma institucional de fazer esse diálogo.

Mas nós temos ido gabinete a gabinete apresentar os nossos números também - do PT, do PSDB, do PSD, de todos os partidos para divulgar isso, porque nós estamos dentro de uma casa política e temos de fazer esse trabalho, sobretudo antes de qualquer coisa com os senadores. E tem tido um bom resultado. Há um grupo de senadores que é bastante receptivo - Tasso, o próprio senador Serra, em cujo gabinete se originou a criação

da IFI, quando eu ainda estava lá trabalhando com ele. Alguns consultores e analistas do Senado tinham essa ideia de criar a IFI e o Serra, que foi um dos que coordenaram a Comissão de Finanças e Orçamento lá na Constituinte, topou a ideia e o presidente à época, Renan Calheiros, a abraçou e fez a resolução depois aprovada em plenário. O que nós fazemos é ir de gabinete a gabinete discutir com os assessores, mostrar os relatórios e pouco a pouco a coisa vai penetrando.

A imprensa também é muito importante, porque a gente percebe que os senadores reagem muito ao que sai na imprensa, mais do que aos próprios relatórios brutos, e por razões óbvias, não é? Nós já conseguimos, por exemplo, capa da Folha de S. Paulo com uma matéria sobre arrecadação. O Estadão fez quatro editoriais no ano passado. No Estadão de hoje, por acaso, há um editorial citando os dados da IFI sobre crescimento econômico. Então, essa coisa da imprensa, até pela experiência de outros países, é essencial, até para a IFI sobreviver.

Um episódio interessante, para responder mais diretamente a sua pergunta, foi logo no começo, quando divulgamos que o Governo teria de fazer um contingenciamento orçamentário. Isso é uma maluquice no processo orçamentário, não é? O orçamento é obrigatório, mas não é, você vai lá e contingencia, até pelo irrealismo das premissas. Nossa conta era de que seria necessário cortar 40 bilhões. O Mansueto Almeida, que escreve junto comigo o livro, é o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e ele deu uma entrevista dizendo: "Não, eles estão muito conservadores, não vamos precisar cortar tudo isso". No mês seguinte cortaram 39 bilhões e alguma coisa. Então para nós foi ótimo, porque houve esse contraponto saudável, essa discussão entre a Fazenda, com o tamanho que tem, e nós que tínhamos acaba-

do de nascer. Acertamos, e depois erramos também, porque ao longo do ano, com o bando de receitas atípicas que houve, o resultado ficou até bem abaixo do que estava projetado.

Então, nós temos que ter a coragem de usar o mandato, porque a independência vem daí. E todos os nossos estudos passam pela decisão colegiada do Conselho Diretor. Eu não saio falando qualquer coisa, nem os outros diretores, a gente escreve, discute e depois fala. Tentamos sempre seguir esse processo.



ROGÉRIO SCHMITT: Eu queria saber primeiro se está entre as funções da IFI sugerir, fazer propostas de políticas e reformas que deveriam ser buscadas. Sim ou não? Se não estiver, eu gostaria de saber a sua opinião pessoal, além da reforma da Previdência, que outras reformas seriam prioridade. E a segunda pergunta é sobre a Receita Federal. Você falou que é o órgão em que há mais dificuldade quando a IFI faz pedidos de informações. Por que acontece isso?

FELIPE SALTO: Várias IFIs têm essa função de recomendar. No nosso modelo não há essa previsão. Costumo dizer que nós não podemos

dizer o que deve ser feito, mas podemos discutir o cardápio. E aí temos várias opções. Os números são tão óbvios que falam por si e é nesse sentido que a gente tenta comentar o que poderia ser feito, os resultados que produziria, e coisa e tal.

Eu acho que o essencial é atacar a questão do funcionalismo, porque a questão fiscal tem, na verdade, dois problemas: Previdência e pessoal. O que significa um problema só: folha de salários. Porque quanto mais você aumenta os salários, isso tem um impacto estrondoso lá na frente, no benefício que você vai pagar para o aposentado. E tem a questão da estabilidade, que ainda é um tabu. Nós precisamos avançar nessa matéria. Claro que aqueles que já têm uma expectativa, o tal do direito adquirido, precisam ser tratados de maneira bem cuidadosa. Mas esse fato não pode fazer com que a gente feche os olhos e não cuide do problema. Então, opinião pessoal: acho que essa é uma agenda prioritária. E de que forma fazer isso? Uma coisa muito direta que pode ser feita já no dia primeiro de janeiro é: todos os reajustes estão suspensos até segunda ordem. “Ah, mas já foi aprovado no governo anterior”. Então, envia um projeto de lei e revoga os reajustes - fica tudo congelado, inclusive do presidente, dos ministros, de todos. Isso daria um efeito moralizador para que se consiga legitimar as outras reformas.

Outra medida, também nesse sentido de legitimar a reforma da Previdência, é cortar os benefícios, que não têm muita importância para o macrofiscal, mas é importante para as pessoas. Carro oficial, os excessos, verbas de gabinete, os auxílios... é fazer um grande pacote de corte dessas coisas para que as lideranças deem o exemplo e consigam defender publicamente as propostas sem ouvir da população que - “ah, vocês não cortam a própria carne, então não venham querer cortar o meu salário de aposentado”.



ALDA MARCO ANTONIO: Mas num país em que o Judiciário faz greve em defesa de auxílio-moradia...

FELIPE SALTO: Pois é, recebendo auxílio-moradia mesmo tendo imóvel próprio na cidade, etc. Esse tipo de coisa precisa mudar, não é? Faz parte de nossa cultura essa predominância excessiva do Estado. No Raymundo Faoro, que eu estudei pouco porque minha área é a Economia, é interessante ver ali a constituição da sociedade a partir do Estado, o Estado é que pariu a sociedade e não o contrário. O Estado precisa ser forte, mas não dessa forma como temos aqui, um Estado inchado, que não tem músculos para fazer política pública para valer.

SÉRGIO RONDINO: Vejo esses números com tristeza e confesso o meu pessimismo. Acho que tudo isso que precisa ser feito esbarra nas corporações. Ontem mesmo vimos aqui em São Paulo uma balbúrdia contra a reforma da Previdência Municipal, que é necessária. Então, a racionalidade, infelizmente, não deve prevalecer, porque as grandes corporações vão impedir.

ROGÉRIO SCHMITT: E a Receita?

FELIPE SALTO: Em relação à Receita Federal, os burocratas se acham donos dos dados. Um fulano lá tem as planilhas há não sei quantos anos, tem os dados, isso é uma coisa. E a outra é o sigilo que eles advogam. Mas o que a gente pede não é dado identificado, manda com número, não precisa mandar com o CPF, nem com o nome, manda um agregado por setor. Para fazer justiça, muita coisa o Marcelo Loures lá tem nos fornecido. Mas também nós mandamos uma lista muito grande e acho que não foi uma boa estratégia. Logo no começo a gente foi com aquilo e o Rachid falou: “Ah, vocês têm um orçamento, vamos fazer um convênio oneroso, porque tem muito custo para coletar esses dados”.

ROBERTO MACEDO: Queriam cobrar.

FELIPE SALTO: Mas também não é culpa do Rachid especificamente, é uma coisa meio cultural até, de segurar as informações.



LUIZ ALBERTO MACHADO: Você fez uma observação agora que me lembrou quando a Margareth Thatcher esteve aqui e fez uma palestra. Logo na primeira pergunta de um em-

presário ela respondeu: “Acho que o senhor não entendeu nada do que eu falei. Eu disse que um país precisa de um Estado pequeno e forte, e pelo que estou percebendo, vocês têm um Estado grande e fraco”. Está em cima do que você falou. Mas eu vou fugir um pouco da sua palestra e pegar uns dados deste relatório que você distribuiu aqui. Ele tem um quadro muito interessante a respeito das notas dos Estados em cima das garantias concedidas pela União. E aparece muito claro o desastre no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. E em contrapartida o bom desempenho do Espírito Santo e do Pará, que há algum tempo apresenta contas públicas positivas. O trabalho da IFI de alguma forma também interfere na gestão fiscal dos Estados?

FELIPE SALTO: Eu costumo dizer que a IFI é como um cão de guarda, um *watch dog*, como se diz lá fora: a gente late bastante, mas não tem o poder judicante, o poder de ir lá e morder pra valer. Quem tem esse poder é o TCU, como deve ser. Mas a gente late bastante e gera um efeito. Nós fizemos um estudo sobre a CAPAG, que é a capacidade de pagamento dos Estados calculada pelo Tesouro. Então, o Tesouro faz esse cálculo e classifica, por exemplo: São Paulo tem A, o Pará tem B, O Ceará tem tanto, e assim por diante. Isso para que, quando eles forem tomar operações que crédito, fazer dívidas, é o Tesouro que dá o aval e ele se baseia nisso.

Quando começamos a publicar esses estudos, eu acho que influenciámos sim, de certa forma, porque os próprios senadores têm essa questão federativa como primordial. Temos estudos mostrando os problemas do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e outros de um grupo de Estados que estão em situação periclitante. Tem um outro grupo de Estados que tem uma combinação de déficit relativa-

mente elevado com uma dívida de 50 a 60% da receita. No caso dos Estados, o indicador é dívida sobre receita. E o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal é 200% da receita, isto é, o Estado pode ter dívida equivalente a duas vezes a sua receita. É um limite fixado lá atrás, há 25 anos, e não gera mais estímulo à responsabilidade fiscal porque, se o pessoal está com dívida de 50 ou 60% e um déficit mensal de 5 ou 6% da receita, a combinação disso é que se trata de uma questão de tempo para que cheguem nos 200. Se fosse revisado para baixo daria um sentido de maior urgência para isso.

Então, o que a gente faz nessa questão dos Estados é também mostrar os dados, prever, falar com a imprensa e escrever artigos, sensibilizando os senadores. Essa tabela que nós fizemos resume o que o próprio Tesouro calcula. Normalmente esse dado fica meio escondido lá e ninguém comenta muito, mas a gente está começando a falar mais sobre essas coisas.

SÉRGIO RONDINO: É bom elogiar o que é positivo.

FELIPE SALTO: É claro. Houve uma prática entre 2011 e 2014 de conceder aval para Estados que não tinham condições de tomar crédito. Então, a dívida total dos Estados com a União é de 450 bilhões. Só o que se concedeu de 2011 a 2014 foi algo como 150 bilhões, quer dizer, se concedeu mais de um quarto do valor do estoque total em possibilidade de contratação de dívida nova. E isso se traduziu em investimento? Não. Se traduziu em aumento de gasto com pessoal e de gasto com Previdência. Parece um samba de uma nota só, mas a mesma coisa que se vê na União é o que se vê nos Estados, porque todo o incentivo é na direção de aumentar pessoal

e Previdência, porque os incentivos estão errados. Nós temos de mudar isso. Se você não muda o que está fazendo, os resultados que vai colher serão iguais.

E é interessante essa frase da Margaret Thatcher porque é isso mesmo: nós temos um Estado grande e fraco, que não consegue chegar naqueles que mais precisam, ainda que nós tenhamos avançado. O SUS, por exemplo. São poucos os países avançados que têm um sistema de saúde integral e universal.



RUBENS FIGUEIREDO: Quero parabenizá-lo pelo trabalho, que é importantíssimo. Você falou a certa altura que está muito animado porque o brasileiro de uma maneira geral está conscientizado da importância de uma disciplina fiscal para que o país funcione direito. Mas as pesquisas não mostram isso. Se você olhar as últimas pesquisas de intenção de votos verá que o Lula, que não é nenhum exemplo em matéria de disciplina fiscal, tem 37%, Ciro Gomes tem 8, Marina também 8, e mais os partidos de esquerda, o que dá uns 56 ou 57% de candidatos que não

representam a disciplina fiscal. E é muito difícil você emplacar numa eleição um discurso de austeridade, e os parlamentares de uma maneira geral, ao fazerem suas campanhas, eles propõem exatamente mais benefícios para a população. Gostaria que você comentasse esse ponto.

E também o seguinte: sou de um conselho da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp - e há um ano e pouco foi lá o Marcelo Caetano (secretário de Previdência Social do Ministério da Fazenda). Fez uma cruzada heroica para tentar convencer esse setor da sociedade da necessidade dessa reforma. E ele foi questionado lá, para você ter uma ideia da dificuldade de se vender essa ideia da necessidade de um ajuste fiscal. Daí a importância do trabalho de vocês.

FELIPE SALTO: Bem, esta é uma questão política, que certamente o Rogério Schmitt responderia melhor que eu. Mas vamos lá: temos de ver o que vai acontecer na eleição, mas eu acho que a população está atenta, sim, porque a gente costuma subestimar o eleitor mediano. Ele assiste ao Jornal Nacional, antes da novela, e vê que a coisa não está bem, que as contas não estão fechando, que está faltando dinheiro. Então, quem vier prometendo mundos e fundos talvez acabe tendo uma pecha de aventureiro.

ALDA MARCO ANTONIO: Gostaria de cumprimentá-lo pelo trabalho e também de colocar um pouco mais de pessimismo na conversa. Eu realmente me surpreendo com o entusiasmo de pessoas ainda se candidatando a cargos no Executivo, porque no Brasil quem hoje assume um cargo de responsabilidade no Executivo vira um escravo de leis mal feitas. Aqui no Brasil se

avalia deputados e vereadores pelo número de projetos de lei que consegue aprovar. E aí se aprova um excesso de leis - e o senhor mesmo citou aí algumas tratando de um mesmo assunto de várias maneiras. Essa história da indexação, por exemplo. Quem já administrou um orçamento público sabe a dificuldade que é administrar até o que é obrigatório, porque já vêm definidos por lei os índices que você tem de aplicar. Ou seja, o investimento acabou. E se o investimento acabou no Executivo, o Brasil também acabou.

O que tem que fazer aqui agora é algo extraordinariamente forte, que eu não vejo como fazer com esse Congresso Nacional e com os nossos legisladores - sejam eles vereadores, deputados estaduais, deputados federais ou mesmo senadores - que estão amedrontados com as corporações. Todo mundo quer ter independência, e agora até a Polícia Federal está pedindo independência. Essa história de que o presidente da República não pode mais escolher um chefe, não pode escolher nem o Ministério - ele indica uma ministra e um juiz impede, e o Supremo Tribunal Federal, contra a Constituição, impede a ministra de tomar posse. Então, é muita coisa que tem de ser resolvida. O senhor falou o nome de um político aí que eu adoraria ver na Presidência da República, o Serra. Eu acho que ele tem um estilo de enfrentar. Independente de todos os méritos ou deméritos que tenha o atual presidente da República, Michel Temer, ele enfrentou as corporações e nós estamos vendo as surras que ele anda tomando de vários setores.

Então, meus amigos, apesar de ser muito otimista, eu acho que a gente tem que mudar muito no Brasil, sobretudo o Legislativo, senão nós não vamos enfrentar o que precisa ser enfrentado. O Brasil está quebrado. Como é que nós vamos fazer a população entender isso?

Essa é a dificuldade, porque a fotografia de uma professora ensanguentada faz muito mais efeito do que qualquer explicação sobre a necessidade de reformar, por exemplo, a Previdência municipal, que é necessária e urgente. Esse é o nosso paradoxo. Mesmo assim eu quero agradecer por sua vinda aqui, porque foi realmente uma aula magna.

FELIPE SALTO: Seu comentário é essencial, porque há essa aparente contradição entre aquilo que os políticos estão encaminhando e a reação da sociedade. O próprio presidente Michel Temer conseguiu, a meu ver, avançar muito. Fez a reforma trabalhista e só isso já valeu o governo de transição. Era um tabu que ele conseguiu quebrar e isso vai produzir efeitos sobre o mercado de trabalho, porque a experiência dos países que fizeram essa reforma é de que ela reduz a informalidade e ajuda a melhorar a qualidade dos empregos. Mas ainda há muito por fazer. A gente precisa, como o próprio Serra diz, fazer o diagnóstico com um certo pessimismo, ser bastante duro no diagnóstico, mas ser otimista nas ações. É trabalhar para que as coisas mudem e acho que essas eleições serão importantíssimas para que um rumo novo seja dado para o país.

E a questão fiscal é crucial, nós vamos precisar avançar nessa matéria sob o risco de retrocedermos. Crescer 2 ou 2,5% é muito pouco para um país que ainda tem uma renda média que é

um quarto da renda dos países desenvolvidos. Um quarto! Quando é que nós vamos saltar do clube dos medianos, dos pobres, para o clube dos desenvolvidos? Essa é que tem de ser a reflexão maior, e é em torno disso que a mobilização precisa acontecer. Lá na IFI, modestamente, estamos tentando colaborar nesse sentido de aumentar a transparência.

Agradeço pelo convite, pelo espaço e pelas palavras de vocês. Contem também conosco para o que precisarem em termos de dados e informações. Neste primeiro ano de atividades produzimos 14 relatórios mensais, 16 notas técnicas, 4 estudos especiais e cerca de 700 páginas publicadas, tivemos 400 citações na imprensa e fizemos reuniões com senadores e organismos multilaterais. E ficamos muito felizes porque, neste último mês, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) divulgou um relatório sobre o Brasil e mencionou os relatórios da IFI como de grande qualidade. É uma avaliação externa que a gente gosta de mostrar não por autoelogio, mas para prestar contas, porque é uma instituição pública que tem seus custos e nós temos de mostrar resultados. Muito obrigado.

SÉRGIO RONDINO: Parabéns pela palestra e boa sorte em seu trabalho, porque o Brasil precisa disso. E eu agradeço a todos pela participação. Nós encerramos aqui mais este Encontro Democrático. Até o próximo.

Presidente
Guilherme Afif

1º Vice-presidente
Vilmar Rocha

2º Vice-presidente
Alfredo Cotait Neto

Secretária
Alda Marco Antonio

Diretor Superintendente
João Francisco Aprá

Conselho Superior de Orientação

Presidente - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

Guilherme Campos

Robinson Faria



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS - Coleção 2018 - "Crise fiscal"
ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br Facebook: **EspacoDemocraticoPSD** Twitter: **@espdemocratico**
 Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)
 Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas - Fotos - Scriptum e Shutterstock



www.espacodemocratico.org.br

